

Um assunto entre Pompéia e Abílio

Regina Zilberman

Mas não é só da instrução propriamente dita que se deve ocupar a escola: tem ela outra missão mais séria, mais alta, mais nobre, e direi até mais santa. É a que entende com o caráter do menino, isto é, com a direção de suas faculdades intelectuais e morais; a saber, a que alumia a consciência da família, da pátria e da humanidade; a que, em suma, ilustra a razão e dirige os afetos.

Abílio César Borges

O primeiro fato memorável da vida de Raul Pompéia parece ter ocorrido em 1873, quando sua família se transferiu do interior da Província do Rio de Janeiro para a Corte. No mesmo ano, o menino, nascido em 1863 e agora com dez anos, é matriculado na escola de Abílio César Borges. Esse professor já tinha feito notável carreira pedagógica na Bahia, era conhecido autor de livros didáticos e, no mesmo ano de 1873, funda, conforme Max Fleuiss, outro “instituto-modelo”, o Colégio Abílio, “em edifício majestoso, bem arejado e iluminado, com todos os requisitos da higiene escolar”.¹

As atividades educacionais de Abílio César Borges começaram na Bahia, onde, em 1856, foi nomeado diretor geral da Instrução Primária e Secundária, cargo que, nas palavras de Max Fleuiss, “exerceu durante dois anos, salientando-se pela atividade febril e pelo singular tino administrativo”.² Primitivo Moacyr transcreve parte do relatório que o futuro barão de Macaúbas escreveu no ano de sua nomeação, em que denuncia uma das principais carências da educação brasileira — a falta de bons compêndios didáticos:

“Depois de um excelente professorado, de boas casas para escolas, abundância e freqüência de alunos, faltam-nos ainda bons compêndios para o uso escolar e livros escolhidos, ma-

nuais práticos de todos os ramos de indústria para o povo; e também um jornal de instrução pública para os professores e comissários... A uniformidade dos livros de leitura tem a inestimável utilidade de espalhar pelo povo a igualdade de conhecimentos, igualdade nos hábitos de ordem e mais que tudo a unidade moral de que tanto carece a nossa sociedade. Não os possuímos; e o mais azado meio de alcançá-los parece ser o fornecimento de prêmios vantajosos aos autores de compêndios; e os melhores e mais resumidos manuais práticos de instrução, e de ciências e artes aplicadas, quer originais, quer traduzidos, segundo um programa formulado pelo Conselho de instrução pública”.³

Dois anos depois, Abílio César Borges inaugura sua trajetória de diretor e proprietário de escolas, fundando “um grande estabelecimento particular de ensino, o Ginásio Baiano, que gozou sempre da melhor reputação como um instituto-modelo no gênero, onde livremente aplicou, com os melhores resultados, os mais modernos métodos didáticos”.⁴ Na década de 60, Abílio começa a publicar obras destinadas ao ensino, os *livros de leitura* que preenchem a carência que ele mesmo denunciara. Como autor de livros didáticos, propaga seu nome por todo o país, pavimentando o caminho que o levará ao Rio de Janeiro e à fundação do Colégio onde, e isto no mesmo ano de 1873, estudará o jovem Raul Pompéia, quando sua família faz o mesmo percurso, do interior da Província para a Corte.

Anos depois, Abílio ainda implantou novas escolas: uma, em Barbacena, em 3 de fevereiro de 1881; e no Rio de Janeiro, o Novo Colégio Abílio, que começou a funcionar em 15 de março de 1883, datas fornecidas por Max Fleuiss.⁵ Pompéia, por sua vez, fez outros estudos: em 1879, transferiu-se para o Imperial Colégio de Pedro II, onde cursou o sexto ano e participou da instalação do Grêmio Literário Amor ao Progresso, responsável pela edição da revista *As Letras*, de cuja Comissão Redatora participou o futuro

romancista.⁶

Em 1888, ano em que *O Ateneu, crônica de saudades*, é publicado em folhetim na *Gazeta de Notícias* e, logo a seguir, em livro, Abílio César Borges era um educador respeitável, tendo se destacado particularmente na Exposição Pedagógica de 1883, quando, conforme narra Max Fleuiss, “no salão de honra [...], em presença do imperador, a 28 de setembro e 7 de outubro de 1883, fez o Barão de Macaúbas duas notáveis conferências acerca do ‘Aritmômetro fracionário’, de sua invenção, e sobre a ‘Lei nova de ensino infantil’, aplicada ao Colégio Abílio.”⁷ Seus livros eram continuamente reeditados, e mesmo a proclamação da República não impediu o velho barão de Macaúbas de continuar a oferecer seu conhecido material didático, agora adaptado aos novos tempos. Escreve ele no prólogo da sexagésima quinta edição de seu *Terceiro livro de leitura*, de 1890:

“Tendo-se esgotada a sexagésima-quarta edição deste livro, justamente quando foi proclamada a República dos Estados Unidos do Brasil, tratei logo de reformá-lo para a presente edição, pondo-o em harmonia com a nova organização social, e tornando-o ao mesmo tempo mais interessante e mais apropriado ao ensino da geração, que desponta, e portanto mais útil.

É assim que suprimi o longo artigo — *Constituição do império*; mudei a denominação de *províncias* para a de *estados*, a de *município neutro* para a de *distrito federal*, etc.”⁸

Essas palavras do prólogo parecem dar razão ao Machado de Assis de *Esau e Jacó*, obra que, publicada em 1904, situa a ação narrada na passagem do Império para a República. Lá, o Conselheiro Aires, autor dos cadernos originais que dão origem ao romance, tranqüiliza o assustado Santos, o banqueiro e, também ele, barão, que teme as mudanças a serem imposta pelo novo regime, com o seguinte comentário: “Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se

mudaria; o regímen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele”.⁹

Mas o Abílio da vida real parece dar razão mesmo ao Abílio ficcional, vale dizer, o Aristarco de *O Ateneu*. Não que Raul Pompéia, nos seus textos, tenha se restringido ao exame da escola do barão de Macaúbas. Atacou também o Colégio de Pedro II, ainda em 1882, numa crônica que tem esse nome. Ali, acusa os professores de se curvarem à autoridade: “Sei que aquilo não é uma corporação de fortes, mas um grupo de caracteres de barbatanas, tão fáceis de curvar-se, como apressados de retesar-se, aliados do peso que os vergava...”¹⁰

Dirige sua crítica especialmente ao titular do ensino de grego, o doutor Schieffer, que “ignora a matéria que ensina” e depende de um mau compêndio. Na descrição do professor, reconhece-se o estilo amargo e impiedoso do autor de *O Ateneu*:

“Cinge-se ao compêndio de Kuehner, que ele mesmo teve a habilidade de estragar por meio de uma tradução monstruosa, incompreensível como um hieróglifo; não dá aos discípulos a menor explicação, senão mui raramente e sobre ninharias; manda fazer umas traduções enormes da *Iliada*, para a qual exige os mesmos significados dos *burros* franceses (...): deixando sem uma observação as belezas de que se acha estrelado o poema grego, poema grego, assassinando a expressão e a harmonia dos versos com uma leitura que não conhece hemistíquios, nem pontuação, e consentindo que os pequenos sicários seus alunos, espostejem os cadáveres que ele prepara sem poder gritar-lhes (os alunos) como um poeta francês:

Arrête, par pitié!... porque ele próprio é o primeiro assassino; mastigando uma algaravia que só um poliglota do inferno poderia perceber, apesar de ter de residência no Brasil dez vezes mais do que o tempo necessário para se aprender a falar uma língua...”¹¹

Noutra crônica, de 1889, Pompéia volta a se referir ao nefando mestre, quando faz o necrológico de seu oposto, o brando professor Braune, lente também do Pedro II:

“Outro morto: o Dr. João Henrique Braune, também lente do Colégio de Pedro II, em cuja cadeira de Grego lecionava ainda, com a zelosa assiduidade do seu vigor de moço e com a brilhante vantagem de seu talento.

Quem conheceu a doutrina ríspida do falecido Schiefler (*sic*), antecessor imediato do Dr. Braune na cadeira de Grego, e teve ocasião de apreciar a meiga doçura, o quase carinho do método de ensinar de seu substituto, sabe que amigo perdeu a mocidade com a perda deste mestre... O grande estabelecimento oficial de ensino secundário perdeu também extraordinariamente. O Dr. Braune era uma das mais justas esperanças dessa plêiade de moços, em que se contam os nomes de Capistrano de Abreu, Gama Berquó, Nerval de Gouveia, Sílvio Romero, Raja Gabaglia, ultimamente instalados nas cadeiras do Imperial Colégio para enxertar, no carrancismo daquela instituição, a coragem dos modos novos do pensamento e a liberdade dos métodos modernos, que o antigo pessoal docente, Schiefler 2 (*sic*), Dragos, Halbouts, sempre detestou e repeliu...”¹²

Esses professores poderiam facilmente participar do elenco do romance: Schieffer, Drago e Halbout comporiam ao lado do terrível professor Venâncio, enquanto os historiadores Capistrano de Abreu e Sílvio Romero fariam parceria com o progressista Dr. Cláudio, que trata, numa de suas conferências, da literatura brasileira do passado e do presente.

Pode-se supor, pois, que a matéria de *O Ateneu* foi extraída do conjunto das experiências escolares do autor. Em outras palavras, ainda que o Colégio Abílio, sintetizado em suas práticas pedagógicas e corporificado na figura de seu diretor, Aristarco Argolo de Ramos, tenha fornecido os motivos principais para a escrita do li-

vro, Raul Pompéia desenha um painel em que se reconhecem os modelos predominantes de ensino no Brasil, nas últimas décadas do século 19.

Sérgio parece tê-los vividos todos. No primeiro capítulo de *O Ateneu*, em que o menino, com onze anos, acompanhando o pai, é apresentado ao diretor da escola, Sérgio-adulto, o narrador, recorda como fora sua educação até então. Primeiramente, ele

“freqüentara como externo, durante alguns meses, uma escola familiar do Caminho Novo, onde algumas senhoras inglesas, sob a direção do pai, distribuíam educação à infância como melhor lhes parecia. Entrava às nove horas timidamente, ignorando as lições com a maior regularidade, e bocejava até às duas, torcendo-me de insipidez, sobre os carcomidos bancos que o colégio comprara, de pinho e usados, lustrosos do contacto da mandragem de não sei quantas gerações de pequenos. Ao meio-dia, davam-nos pão com manteiga. Esta recordação gulosa é o que mais pronunciadamente me ficou dos meses de externato; [...]”¹³

Depois, tomara “professor em domicílio”¹⁴; só então o pai leva-o a uma escola, onde a aprendizagem organiza-se em disciplinas diferentes ministradas por professores especializados, seguindo-se em séries que progressivamente avançam no saber.

Eis aí os três modelos de ensino que vigoravam na educação brasileira: as escolas de uma única sala de aula, de um único proprietário-professor, autoritário e incompetente, onde estudavam alunos em diferentes estágios de conhecimento. Esse tipo de escola e de professor aparece com grande freqüência na literatura e no memorialismo brasileiro; o “Conto de escola”, de Machado de Assis, confirma essa presença assídua na prosa nacional, bem como na vida dos estudantes brasileiros:

“Ora, foi a lembrança do último castigo que me levou naquela manhã para o colégio. Não era um menino de virtudes.

Subi a escada com cautela, para não ser ouvido do mestre, e cheguei a tempo; ele entrou na sala três ou quatro minutos depois. Entrou com o andar manso do costume, em chinelas de cordovão, com a jaqueta de brim lavada e desbotada, calça branca e tesa e grande colarinho caído [...]

.....
O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. E essa lá estava, pendurada no portal da janela, à direita, com os seus cinco olhos do diabo. Era só levantar a mão, despendurá-la e brandi-la, com a força do costume, que não era pouca”.¹⁵

O ensino seriado, em escolas leigas, é inaugurado pelo Colégio de Pedro II, fundado em 1837. Ministrava formação tanto humanística quanto científica, e conferia um diploma de bacharel aos jovens da elite carioca. Esse modelo de ginásio expande-se aos poucos na educação brasileira, e Abílio, quando funda sua primeira escola, na Bahia, acompanha a regra do Pedro II, que depois a reintroduz no Rio de Janeiro. A diferença é que, nas escolas particulares, o diretor é o proprietário, e sua figura dominadora não contradiz o modelo autoritário que se reproduz nas salas de aula de um único dono, como a descrita antes por Machado de Assis.

Aristarco-Abílio não parece diferir muito de outros diretores autoritários, como o que José de Alencar conheceu na sua infância e que, ao contrário de Pompéia, recorda com admiração e respeito:

“No ano de 1840, freqüentava eu o Colégio de Instrução Elemental, estabelecido à Rua do Lavradio, n. 17, e dirigido pelo Sr. Januário Mateus Ferreira, a cuja memória eu tributo a maior veneração.

Depois daquele que é para nós meninos a encarnação de Deus e o nosso humano Criador, foi esse o primeiro homem que me incutiu respeito, em que acatei o símbolo da autoridade.

.....
Dividia-se o diretor por todas as classes, embora tivesse cada uma seu professor especial; desse modo andava sempre ao corrente do aproveitamento de seus alunos, e trazia os mestres como os discípulos em constante inspeção. Quando, nesse revezamento de lições, que ele de propósito salteava, acontecia achar atrasada alguma classe, demorava-se com ela dias e semanas, até que obtinha adiantá-la e só então a restituía ao respectivo professor.

.....
Rara vez sentava-se o diretor; o mais do tempo levava a andar de um a outro lado da sala em passo moderado. Parecia inteiramente distraído da classe, para a qual nem volvia os olhos; e todavia nada lhe escapava. O aparente descuido punha em prova a atenção incessante que ele exigia dos alunos, e da qual sobretudo confiava a educação da inteligência”.¹⁶

A diferença é que Aristarco, na sua própria opinião, tem um projeto modernizador para a educação, exposto por ele ao pai de Sérgio nas primeiras páginas do livro e reproduzido pelo narrador por intermédio do discurso indireto livre, forma oblíqua de desmentir, de imediato, as palavras do diretor:

“Trinta anos de tentativas e resultados, esclarecendo como um farol diversas gerações agora influentes no destino do país! E as reformas futuras? Não bastava a abolição dos castigos corporais, o que já dava uma benemerência passável. Era preciso a introdução de métodos novos, supressão absoluta dos vexames de punição, modalidades aperfeiçoadas no sistema das recompensas, ajeitação dos trabalhos, de maneira que seja a escola um paraíso, adoção de normas desconhecidas cuja eficácia ele pressentia, perspicaz como as águias. Ele havia de criar... um horror, a transformação moral da sociedade”.¹⁷

O diálogo com Aristarco faz-se no interior do texto, com a interferência do comentário do narrador, que julga “um horror” o

propósito moralizante do ensino ministrado na escola. Mas é também réplica ao discurso do próprio Abílio, que no *Terceiro livro de leitura*, advoga uma educação que forme moral e civicamente os estudantes: “Por outra, e em breves termos, deve a instrução primária ser a reunião de todas as influências morais, religiosas e sociais que, cercado o homem desde os primeiros anos, constituem a vida íntima do indivíduo e perpetuam a vida nacional dos povos”.¹⁸

É ao projeto de “abolição dos castigos corporais” que Raul Pompéia confere maior atenção. Que a questão preocupava outros pedagogos brasileiros, indica-o o fato de Apolinário Porto Alegre, professor, intelectual e escritor sul-rio-grandense, fundar, em 1876, o Instituto Brasileiro com intenções similares às que Raul Pompéia atribui a Aristarco Argolo de Ramos: “Ao criar o Instituto Brasileiro, em 1876, (...), audaciosamente Apolinário atacava a educação tradicional, reformando os programas de estudo, abolindo o castigo corporal, meio tirânico que aviltava os mestres e os discípulos, pois o estudo não se impõe, ensina-se”.¹⁹

Abílio também condena meios violentos de aprendizagem, simbolizados pelos “cinco olhos do diabo”, conforme a imagem, reproduzida antes, de Machado de Assis: “É sempre a perspectiva medonha da palmatória a amargurar-lhe os cândidos e inocentes dias da infância, e a fazer-lhe odioso o mestre, a escola e o estudo!”²⁰

O problema é que a violência é soberana no âmbito do colégio administrado por Aristarco. Tanto o diretor reproduz o método de vigilância recordado por José de Alencar,

“A sala geral de estudo tinha inúmeras portas. Aristarco fazia aparições de súbito a qualquer das portas, nos momentos em que menos se podia contar com ele.

Levara as aparições às aulas, surpreendendo professores e discípulos. Por meio deste processo de vigilância de inopinados, mantinha no estabelecimento por toda parte o risco perpétuo do flagrante como uma atmosfera de susto.”²¹

como impera no Ateneu a “cafua, asilo das trevas e do soluço”²², bem como a leitura pública, durante as refeições, dos delitos cometidos por professores e estudantes em sala de aula:

“Um livro de lembranças comprido e grosso, capa de couro, rótulo vermelho na capa, ângulos do mesmo sangue. Na véspera cada professor, na ordem do horário, deixava ali a observação relativa à diligência dos seus discípulos. Era o nosso jornalismo. (...) O temível noticiário, redigido ao sabor da justiça suspeita de professores, muitas vezes despedidos por violentos, ignorantes, odiosos, imorais, erigia-se em censura irremissível de reputações. O julgador podia ser posto fora por uma evidenciação concludente dos seus defeitos; a difamação estampada era irrevogável.”²³

O efeito, contudo, é aquele visado por Abílio e pelos educadores de seu tempo: o exercício da autoridade conduz à aprendizagem da obediência. A sociedade é hierarquizada, e os subalternos devem aceitar a ordem e a primazia dos superiores; por causa disso, a escola adota a mesma organização, podendo apresentar-se como um microcosmo que prepara a criança e o adolescente para enfrentar a vida fora de seus muros.

Abílio advoga a idéia em seu livro, fundando aí seu projeto educacional. É como também justifica a necessidade de haver escolas e estas se apresentarem como lugar preferencial de aprendizagem, substituindo o lar e fazendo a mediação entre a família privada e a sociedade, o universo público:

“O colégio, meus amigos, é um mundozinho: é, a muitos respeito, uma miniatura da grande sociedade, em que tereis de viver, ficardes homens.

Como no grande mundo ou na grande sociedade, há no colégio um chefe e autoridades superiores e inferiores, às quais deveis obediência e respeito.

Na sociedade propriamente dita há chefes dos Estados, chefes e delegados de polícia, ministros do supremo tribunal de

justiça, desembargadores, juízes de direito, juízes municipais e de órfãos, juízes de paz, inspetores de quartelão, comandantes militares e soldados, aos quais todos, nas conveniências proporções, deveis obediência e respeito, como guardas que são das leis e garantias dos direitos dos cidadãos.

Pois no colégio tendes também diretor, vice-diretor, inspetores, professores, monitores e decuriões, aos quais todos deveis igualmente obediência e respeito; pois representam todos a lei do colégio, são garantias da ordem e têm, cada um no seu tanto, a autoridade que lhes vem do diretor, que é supremo legislador e ao mesmo tempo supremo juiz do estabelecimento, como o é cada chefe de família dentro de sua casa.

E, do mesmo modo que na sociedade geral é réu de grave crime todo aquele que desobedece a qualquer autoridade, também na pequena sociedade colegial é réu de grave crime o menino, que desobedece a qualquer dos seus superiores.

Também é na escola, ou no colégio, que o menino aprende a virtude da obediência, tão necessária para se ser feliz na vida social.”²⁴

Não por outra razão o doutor Cláudio, professor que representa a ala esclarecida na instituição dirigida por Aristarco, faz uma conferência em que justifica o papel dos internatos: são eles que efetivamente preparam o jovem para enfrentar o mundo. Não por que inculquem valores positivos ou saudáveis e sim porque constituem a escola da corrupção:

“Discuti a questão do internato. Divergia do parecer vulgar, que o condena.

É uma organização imperfeita, aprendizagem de corrupção, ocasião de contactos com indivíduos de toda origem? O mestre é a tirania, a injustiça, o terror? O merecimento não tem cotação, cobrem as linhas sinuosas da indignidade, aprova-se a espionagem, a adulação, a humilhação, campeia a intriga, a maledicência, a calúnia, oprimem os prediletos do favoritismo, oprimem os maiores, os mais fortes, abundam as seduções perversas, triunfam as audácias dos nulos? a

reclusão exacerba as tendências ingêntas?
Tanto melhor: é a escola da sociedade”.²⁵

Como que parodiando as palavras de Abílio, o doutor Cláudio afirma: “Ensaçados no microcosmo do internato, não há mais surpresas no grande muro lá fora”.²⁶ E conclui:

“O internato com a soma dos defeitos possíveis é o ensino prático da virtude, e a aprendizagem do ferreiro à forja, habilitação do lutador na luta. Os débeis sacrificam-se; não prevalecem. Os ginásios não são para os privilegiados da saúde. O reumatismo deve ser um péssimo acrobata. Erro grave combater o internato.”²⁷

O doutor Cláudio dá razão ao pai de Sérgio que, na primeira linha do romance, diz dramaticamente para o filho: “Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do Ateneu. Coragem para a luta”.²⁸ O mundo é o universo dos Abílios, contra quem Pompéia se digladiou por longos anos, sem chegar a sair vencedor.

1 Fleuiss, Max. Sessão especial comemorativa do centenário natalício do barão de Macaúbas. *Revista Trimestral*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 96 (150), p. 420 a 434, 1924, p. 428.

2 Cit., p. 425.

3 Moacyr, Primitivo. *A instrução e as Províncias*: subsídios para a história da educação no Brasil, 1835 - 1889. São Paulo, Nacional, 1939, v.2, p. 102.

4 Fleuiss, M., 1924, p. 426.

5 Cit. p. 430.

6 Cf. Coutinho, Afrânio. “Introdução geral” in: Pompéia, Raul. *Novelas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/OLAC/ FENAME, 1981.

7 Fleuiss, M. 1924, p. 430. Carl von Koseritz também comenta a participação de Abílio, com posicionamento diferente de Fleuiss. Cf. Koseritz, Carl von. *Imagens do Brasil*. Trad., pref. e notas de Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo, Martins/ EDUSP, 1972.

8 Borges, Abílio César (barão de Macaúbas). *Terceiro livro de leitura* para uso das escolas brasileiras. Nova edição reformada e melhorada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s. d. [1890]. Grifos meus.

9 Assis, Machado de. *Esau e Jacó*. São Paulo, Mérito, 1959, p. 259.

10 Pompéia, Raul. "Colégio de Pedro II", in *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ OLAC/FENAME, 1982. p. 51.

11 Cit., p. 53. Grifos meus.

12 Pompéia, Raul. *Crônicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ OLAC/ FENAME, 1982. v.1, p. 281.

13 Pompéia, Raul. *O Ateneu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ OLAC/ FENAME, 1981. p. 31.

14 Cit., p. 31.

15 Assis, Machado de. "Conto de escola" in *Várias histórias*. São Paulo: Mérito, 1959. p. 209-14.

16 Alencar, José de. *Como e por que sou romancista*. Campinas, Pontes, 1990, p. 15-6.

17 Pompéia, R. 1981, p. 48.

18 Borges, A. C., s/d.

19 Flores, Moacyr. "Apolinário Porto Alegre. O professor e o político" in Flores, Hilda A. Hübner (org.), *Vidas e costumes*. Porto Alegre, Martins Livreiro/ Nova Dimensão, 1994. p. 135.

20 Borges, A. C., s/d. Grifo do Autor.

21 Pompéia, R., 1981, p. 105.

22 Cit., p. 95.

23 Cit., p. 95.

24 Borges, A. C. s/d.

25 Cit., p. 234.

26 Cit., p. 235.

27 Cit., p. 235-36.

28 Cit., p. 29.

Caricatura reproduzida de *O Bohemio*.
SP. 13 de Agosto de 1881.p.4

